



Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso do Sul  
Comarca de Campo Grande - CIJUS  
Cartório da 11ª Vara do Juizado Especial

## EDITAL DE LEILÃO

**Importante: Os horários previstos neste Edital tomam por base o horário oficial de Brasília (DF).**

EDITAL de 1ª e 2ª LEILÃO de BENS MÓVEIS expedidos nos **autos da Ação de Cumprimento de Sentença nº 0814382-23.2017.8.12.0110** para intimação da empresa executada **MARILENE MURAD SGHIR ME. (CNPJ nº 13.433.482/0001-15)**, das presentantes legais: **MARILENE MURAD SGHIR (CPF nº 321.190.541-34)** e **MAGDA APARECIDA MURAD SGHIR (CPF nº 305.957.701-34)**, da executada **MARILENE MURAD SGHIR (CPF nº 321.190.541-34)**, da executada **MAGDA APARECIDA MURAD SGHIR (CPF nº 305.957.701-34)**, do depositário do bem **PEDRO GILSON FIGUEIREDO DE ARAÚJO**, e demais interessados.

O Juiz de Direito da 11ª Vara do Juizado Especial Central de Campo Grande – MS, José Henrique Kaster Franco, na forma da lei, **FAZ SABER** que, com base o artigo 880 e seguintes do CPC e conforme regulamentado pelo Provimento CSM/TJMS nº 375/2016, por meio do portal [www.viaileiloes.com.br](http://www.viaileiloes.com.br), o leiloeiro público oficial nomeado, o Senhor Ilto Antonio Martins leva a público o pregão de venda e arrematação dos bens móveis abaixo descritos, conforme condições de venda constantes do presente edital. **No 1º Leilão, com início no primeiro dia útil subsequente ao da certidão de afixação do Edital no lugar de costume, às 15 horas (14 horas no horário local), e término no dia 01 de novembro de 2021, às 15 horas (14 horas no horário local)**, entregar-se-á o bem a quem der o maior lance, em valor igual ou superior ao da avaliação. **Caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação do bem móvel no 1º Leilão, o 2º Leilão seguir-se-á sem interrupção e término no dia 16 de novembro de 2021, às 15 horas (14 horas no horário local)**, ocasião em que o bem será entregue a quem der o maior lance, não se aceitando seja ele inferior a 70% do valor de avaliação (artigo 25 Parágrafo único do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016).

### DESCRIÇÃO DOS BENS:

152 (cento e cinquenta e duas) calças jeans especiais, cores variadas, conforme Auto de penhora de f 113 dos autos.



**Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso do Sul**  
**Comarca de Campo Grande - CIJUS**  
**Cartório da 11ª Vara do Juizado Especial**

**AVALIAÇÃO:** A avaliação dos bens móveis a ser leiloados é no valor de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais), conforme avaliação de f. 128 dos autos.

**ÔNUS SOBRE OS BENS MÓVEIS A SEREM LEILOADOS:** Não há nos autos, informações de ônus sobre os bens a serem leiloados.

**DÉBITOS DE IMPOSTOS:** Não constam pendências relativas a impostos sobre o bem móvel, porém, caso haja, estes ficam sub-rogadas no preço, nos termos do artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, não respondendo por eles o arrematante.

**AÇÕES CÍVEIS EM NOME DA EMPRESA EXECUTADA MARILENE MURAD SGHIR ME.:** há registros de Distribuição de Feitos Cíveis em nome do executado, a saber:

7ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0830883-49.2021.8.12.0001. Ação: Procedimento Comum Cível. Assunto: Obrigação de Fazer/ Não Fazer. Data: 09/09/2021. Autora: Marilene M. Sghir ME.

2ª Vara de Execução de Título Extrajudicial, Embargos e demais Registros Públicos da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0801747-51.2014.8.12.0001. Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Cédula de Crédito Bancário. Data: 23/01/2014. Autor: Banco Bradesco S/A.

3ª Vara de Fazenda Pública e de Registros Públicos da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0826687-70.2020.8.12.0001. Ação: Mandado de Segurança Cível. Assunto: Liberação de Mercadorias. Data: 10/08/2020. Autora: Marilene M. Sghir ME.

4ª Vara de Fazenda Pública e de Registros Públicos da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0825533-17.2020.8.12.0001. Ação: Mandado de Segurança Cível. Assunto: Liberação de Mercadorias. Data: 30/07/2020. Autora: Marilene M. Sghir ME.

2ª Vara Bancária da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0803134-91.2020.8.12.0001. Ação: Cumprimento de Sentença. Assunto: Honorários Advocatícios. Data: 03/02/2020. Autora: Cristiana Vasconcelos Borges Martins.

Vara Execução Fiscal Municipal da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0948891-19.2020.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 02/02/2020. Autor: Município de Campo Grande/MS.



**Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso do Sul**  
Comarca de Campo Grande - CIJUS  
Cartório da 11ª Vara do Juizado Especial

Vara Execução Penal de Multa Condenatória Criminal e Fiscal da Fazenda Pública da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0914444-39.2019.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 01/03/2019. Autor: Estado de Mato Grosso do Sul.

Vara Execução Fiscal Municipal da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0913954-17.2019.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 03/02/2019. Autor: Município de Campo Grande/MS.

Vara Execução Fiscal Municipal da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0913945-55.2019.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 03/02/2019. Autor: Município de Campo Grande/MS.

Vara Execução Fiscal Municipal da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0913918-72.2019.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 03/02/2019. Autor: Município de Campo Grande/MS.

Vara Execução Fiscal Municipal da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0913881-45.2019.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 03/02/2019. Autor: Município de Campo Grande/MS.

Vara Execução Fiscal Municipal da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0913825-12.2019.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 03/02/2019. Autor: Município de Campo Grande/MS.

Vara Execução Fiscal Municipal da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0913737-71.2019.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 03/02/2019. Autor: Município de Campo Grande/MS.

Vara Execução Fiscal Municipal da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0913587-90.2019.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 03/02/2019. Autor: Município de Campo Grande/MS.

Vara Execução Fiscal Municipal da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0913461-40.2019.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 03/02/2019. Autor: Município de Campo Grande/MS.



**Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso do Sul**  
**Comarca de Campo Grande - CIJUS**  
**Cartório da 11ª Vara do Juizado Especial**

Vara Execução Fiscal Municipal da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0912858-64.2019.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 03/02/2019. Autor: Município de Campo Grande/MS.

2ª Vara Bancária da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0818840-22.2017.8.12.0001. Ação: Cumprimento de Sentença. Assunto: Contratos Bancários. Data: 26/06/2017. Autor: Banco Bradesco S/A.

Vara Execução Penal de Multa Condenatória Criminal e Fiscal da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0933666-32.2015.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 10/12/2015. Autor: Estado de Mato Grosso do Sul.

Vara Execução Fiscal Municipal da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0923735-05.2015.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 11/11/2015. Autor: Município de Campo Grande/MS.

Vara Execução Fiscal Municipal da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0923695-23.2015.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 11/11/2015. Autor: Município de Campo Grande/MS.

13ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0822356-21.2015.8.12.0001. Ação: Cumprimento de Sentença. Assunto: Irregularidade no atendimento. Data: 26/06/2015. Autora: Miriam de Oliveira Lima Santos.

Vara Execução Penal de Multa Condenatória Criminal e Fiscal da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0922765-05.2015.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 15/06/2015. Autor: Estado de Mato Grosso do Sul.

14ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0814123-35.2015.8.12.0001. Ação: Cautelar Inominada. Assunto: Sustação de Protesto. Data: 23/04/2015. Autora: Marilene Marud Sghir - ME.

14ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0812553-14.2015.8.12.0001. Ação: Cautelar Inominada. Assunto: Sustação de Protesto. Data: 08/04/2015. Autor: Oliveira e Antunes Advogados Associados.



**Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso do Sul**  
 Comarca de Campo Grande - CIJUS  
 Cartório da 11ª Vara do Juizado Especial

**AÇÕES CÍVEIS EM NOME DA EXECUTADA MARILENE MURAD SGHIR:** há registros de Distribuição de Feitos Cíveis em nome do executado, a saber:

4ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0826082-95.2018.8.12.0001. Ação: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado com Cobrança. Assunto: Rescisão / Resolução. Data: 28/08/2018. Autor: Gonçalves Empreendimentos Imobiliários LTDA.

9ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0805549-18.2018.8.12.0001. Ação: Procedimento Comum Cível. Assunto: Direito de Imagem. Data: 02/03/2018. Autor: Hans Muller Rios de Lima.

Vara de Execução Penal de Multa Condenat[oria Criminal e Fiscal da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0933666-32.2015.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 10/12/2015. Autor: Estado de Mato Grosso do Sul.

5ª Vara Criminal da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0000342-40.2015.8.12.0119. Ação: Ação Penal – Procedimento Ordinário. Assunto: Atentado contra a liberdade de trabalho. Data: 12/-1/2015. Autor: Ministério Público Estadual.

13ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0822356-21.2015.8.12.0001. Ação: Cumprimento de Sentença. Assunto: Irregularidade no Atendimento. Data: 26/06/2015. Autora: Mirian de Oliveira Lima Santos.

Vara Execução Fiscal Municipal da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0911466-31.2015.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 03/02/2015. Autor: Município de Campo Grande/MS.

15ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0837612-38.2014.8.12.0001. Ação: Cumprimento de Sentença. Assunto: Direito de Imagem. Data: 20/11/2013. Autor: Jucileno da Silva Coelho.

5ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 038658-32.2013.8.12.0001. Ação: Prestação de Contas Oferecidas. Assunto: Inventário e Partilha. Data: 08/10/2013. Autora: Jeanete Murad de Souza.





Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso do Sul  
Comarca de Campo Grande - CIJUS  
Cartório da 11ª Vara do Juizado Especial

## EDITAL DE LEILÃO

**Importante: Os horários previstos neste Edital tomam por base o horário oficial de Brasília (DF).**

EDITAL de 1ª e 2ª LEILÃO de BENS MÓVEIS expedidos nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença nº 0814382-23.2017.8.12.0110 para intimação da empresa executada MARILENE MURAD SGHIR ME. (CNPJ nº 13.433.482/0001-15), das presentantes legais: MARILENE MURAD SGHIR (CPF nº 321.190.541-34) e MAGDA APARECIDA MURAD SGHIR (CPF nº 305.957.701-34), da executada MARILENE MURAD SGHIR (CPF nº 321.190.541-34), da executada MAGDA APARECIDA MURAD SGHIR (CPF nº 305.957.701-34), do depositário do bem PEDRO GILSON FIGUEIREDO DE ARAÚJO, e demais interessados.

O Juiz de Direito da 11ª Vara do Juizado Especial Central de Campo Grande – MS, José Henrique Kaster Franco, na forma da lei, **FAZ SABER** que, com base o artigo 880 e seguintes do CPC e conforme regulamentado pelo Provimento CSM/TJMS nº 375/2016, por meio do portal [www.viaileiloes.com.br](http://www.viaileiloes.com.br), o leiloeiro público oficial nomeado, o Senhor Ilto Antonio Martins leva a público o pregão de venda e arrematação dos bens móveis abaixo descritos, conforme condições de venda constantes do presente edital. **No 1º Leilão, com início no primeiro dia útil subsequente ao da certidão de afixação do Edital no lugar de costume, às 15 horas (14 horas no horário local), e término no dia 01 de novembro de 2021, às 15 horas (14 horas no horário local),** entregar-se-á o bem a quem der o maior lance, em valor igual ou superior ao da avaliação. **Caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação do bem móvel no 1º Leilão, o 2º Leilão seguir-se-á sem interrupção e término no dia 16 de novembro de 2021, às 15 horas (14 horas no horário local),** ocasião em que o bem será entregue a quem der o maior lance, não se aceitando seja ele inferior a 70% do valor de avaliação (artigo 25 Parágrafo único do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016).

### DESCRIÇÃO DOS BENS:

152 (cento e cinquenta e duas) calças jeans especiais, cores variadas, conforme Auto de penhora de f 113 dos autos.



**Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso do Sul**  
**Comarca de Campo Grande - CIJUS**  
**Cartório da 11ª Vara do Juizado Especial**

Penais. Data: 02/06/2016. Autor: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

10ª Vara do Juizado Especial Central da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0805775-55.2016.8.12.0110. Ação: Cumprimento de Sentença. Assunto: Obrigação de Fazer/ Não Fazer. Data: 18/05/2016. Autora: Marize Helmich.

2ª Vara da Comarca Mirando – MS. Processo: 0000993-56.2021.8.12.0015. Ação: Carta Precatória Criminal. Assunto: Intimação. Data: 13/07/2021. Autor: Ministério Público Estadual.

**AÇÕES CÍVEIS EM NOME DA EXECUTADA MAGDA APARECIDA MURAD SGHIR:** há registros de Distribuição de Feitos Cíveis em nome da executada, a saber:

4ª Vara Bancária da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0821233-17.2017.8.12.0001. Ação: Monitória. Assunto: Cédula de Crédito Bancário. Data: 13/07/2017. Autor: Banco Bradesco S/A.

1ª Vara de Execução de Título Extrajudicial, Embargos e demais incidentes. Processo: 0000365-13.2001.8.12.0001. Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Liquidação/ Cumprimento/ Execução. Data: 08/01/2001. Autor: Espólio de George Elias Hadadd.

9ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0805549-18.2018.8.12.0001. Ação: Procedimento Comum Cível. Assunto: Direito da Imagem. Data: 02/03/2018. Autor: Hans Muller Rios de Lima.

Vara Execução Fiscal Municipal da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0913017-46.2015.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 03/02/2015. Autor: Município de Campo Grande - MS.

11ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0022199-86.2012.8.12.0001. Ação: Cumprimento de Sentença. Assunto: Honorários Advocatícios. Data: 02/05/2012. Autora: Flávia Moya Pelegrini.

8ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0012007-94.2012.8.12.0001. Ação: Cumprimento de Sentença. Assunto: Honorários Advocatícios. Data: 09/03/2012. Autor: Mauro Luiz Dodero.

16ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0015356-57.2002.8.12.0001. Ação:



**Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso do Sul**  
**Comarca de Campo Grande - CIJUS**  
**Cartório da 11ª Vara do Juizado Especial**

Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Liquidação/ Cumprimento/ Execução. Data: 22/05/2002.  
 Autora: Merkovinil Industria E Comercio de Tintas Ltda.

13ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0021544-61.2005.8.12.0001. Ação:  
 Execução de Sentença. Data: 31/05/2005. Autora: Ludovina Gomes Cabanella.

7ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0026214-50.2002.8.12.0001. Ação:  
 Cobrança - Ordinário. Data: 13/08/2002. Autor: Cuattro Colegio E Cursos Pre Vestibulares Ltda.

7ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Campo Grande - MS. Processo: 0823064-  
 59.2020.8.12.0110. Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível. Assunto: Apuração de Haveres.  
 Data: 31/12/2020. Autora: Marilene Murad Sghir.

**ESTADO DOS BENS MÓVEIS:** Os bens móveis se acham com o depositário, Sr. Pedro Gilson Figueiredo de Araújo. No endereço Rua Calógeras, nº 2242, Centro, em Campo Grande – MS, e sua entrega dar-se-á por intermédio de Oficial de justiça.

**CONDIÇÕES DE VENDA:**

- 1) O(s) bem(ns) será(ão) vendidos no estado de conservação em que se acha(m), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes do pregão (artigo 18 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 2) O primeiro pregão da alienação judicial eletrônica começa e termina nas datas e horários supraindicados;
- 3) Não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação no primeiro pregão seguir-se-á, sem interrupção, o segundo pregão, que se estenderá até o seu fechamento no dia e hora previsto neste Edital (artigo 25 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 4) Em segundo pregão, não serão admitidos lances inferiores a 70% (setenta por cento) do valor da avaliação (artigo 25, Parágrafo único do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);
- 5) Para que haja o encerramento do leilão este deverá permanecer por 3 (três) minutos sem receber outra oferta. Sobrevindo lance durante os 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos, contados da última oferta, e assim sucessivamente, até a permanência por 3 (três) minutos sem





**Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso do Sul**  
**Comarca de Campo Grande - CIJUS**  
**Cartório da 11ª Vara do Juizado Especial**

receber outra oferta, quando se encerrará o pregão (artigo 24 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);

**6)** Durante a alienação, os lanços deverão ser oferecidos diretamente no portal [www.vialeiloes.com.br](http://www.vialeiloes.com.br) e serão imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não será admitido o envio de lanços por qualquer outro meio, que não seja por intermédio do sistema do gestor (artigo 27, Parágrafo Único do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);

**7)** Somente serão aceitos lanços superiores ao lança corrente, tendo por acréscimo mínimo obrigatório o valor informado no site;

**8)** A comissão devida ao leiloeiro pelo arrematante será no percentual de 5% sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lança, e ser-lhe-á paga diretamente, por depósito bancário. Além da comissão, fará jus o leiloeiro público ao ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei, a cargo do executado. (artigo 10 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);

**8.1)** se o valor de arrematação for superior ao crédito do exequente, a comissão do leiloeiro público oficial e do corretor, assim como as despesas com remoção e guarda dos bens, poderão ser deduzidas do produto da arrematação (Art. 10, § 4º do Prov. n. 375/2016 – CSM/TJMS);

**9)** Homologado o lança vencedor, o sistema Via Leilões emitirá guia de depósito judicial identificado, vinculado ao Juízo do processo (artigo 28 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);

**10)** O pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico (art. 892), salvo disposição judicial diversa ou arrematação a prazo (art. 895, § 9º) (artig. 29 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS);

**11)** A arrematação será considerada perfeita, acabada e irretroatável tão logo assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro público oficial, observadas as disposições do art. 903 do Código de Processo Civil (artigo 30 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS).

**12)** Não sendo efetuados os depósitos, serão comunicados os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação do juiz, na forma do art. 895, §§ 4º e 5º, art. 896, § 2º, art. 897 e art. 898 do CPC, sem prejuízo da invalidação de que trata o art. 903 do Código de Processo Civil.



**Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso do Sul**  
**Comarca de Campo Grande - CIJUS**  
**Cartório da 11ª Vara do Juizado Especial**

(artigo 31 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS);

**13)** O exequente, se vier a arrematar o bem, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor do bem exceder o seu crédito, depositará dentro de 3 (três) dias a diferença, sob pena de ser tornada sem efeito a arrematação e, neste caso, o bem será levado à novo leilão à custa do exequente (artigo 892, parágrafo 1º, do NCPC). Na hipótese de arrematação do bem pelo exequente, fica este obrigado ao pagamento da comissão do leiloeiro;

**14)** O arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz do processo, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul – PJMS e não poderá mais participar das alienações judiciais eletrônicas no PJMS pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal) e, também, por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro (§ 2º, artigo 23 da LEF e art. 32 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS);

**15)** Eventuais créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente (artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional);

**16)** O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) em caráter “*ad corpus*” (artigo 500, § 3º, do Código Civil) não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área por eventual divergência entre o que constar na descrição do(s) imóvel(is) e a realidade existente;

**17)** O arrematante deverá se cientificar previamente das restrições impostas pelas legislações municipal, estadual e federal ao(s) imóvel(is), no tocante ao uso do solo ou zoneamento e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar a decorrência da arrematação do(s) imóvel(is);

**18)** Desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos a este os valores pagos relativos ao preço do(s) imóvel(is) arrematado(s) e à comissão da leiloeiro, deduzidas as despesas incorridas;



**Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso do Sul**  
**Comarca de Campo Grande - CIJUS**  
**Cartório da 11ª Vara do Juizado Especial**

**19)** Assinado o Auto, a arrematação é considerada perfeita, acabada e irretroatável, ainda que venham ser julgados procedentes os Embargos à Arrematação. A arrematação poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no artigo 903 e seus incisos, do Novo Código de Processo Civil;

**20)** Havendo oposição de Embargos à Arrematação, o Juiz de execução poderá, a seu exclusivo critério, transferir ao arrematante a posse precária do(s) imóvel(is) até a decisão final do recurso;

**21)** Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativo à transferência do(s) imóvel(is) arrematado(s) para o seu nome. Para transferir o(s) imóvel(is) arrematado(s), o arrematante deverá primeiramente retirar junto ao Cartório da Vara responsável a respectiva “ordem de entrega”;

**22)** As demais condições obedecerão ao que dispõe o Novo Código de Processo Civil, o Provimento CSM/TJMS nº 375/2016 e os artigos 335 e 358 do Código Penal.

**LEILÃO ELETRÔNICO:** O leilão será realizado pelo leiloeiro público oficial, o Senhor Ilto Antônio Martins, Matrícula nº 12 da JUCEMS, de forma integralmente eletrônica pela gestora Absolutta em Gestão de Ativos Eireli - EPP, por intermédio do portal [www.vialeiloes.com.br](http://www.vialeiloes.com.br).

**PAGAMENTO e RECIBO DE ARREMATAÇÃO:** O(s) valor(es) do(s) bem(ns) arrematado(s), deverá(ao) ser depositado(s) através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal enviada pela VIA LEILOES (obtida diretamente no site [www.vialeiloes.com.br](http://www.vialeiloes.com.br) no prazo de 24 horas da realização do leilão, bem como deverá ser depositada a comissão do leiloeiro através do pagamento de boleto na rede bancária, ou por transferência eletrônica, por meio de DOC ou TED, no mesmo prazo acima referido, na conta-corrente da Gestora de Leilão Eletrônico: Absolutta em Gestão de Ativos Eireli –EPP, CNPJ 17.533.268/0001-91, Banco 104 – Caixa Econômica Federal, Agência 1464, Conta-Corrente nº 2936-0.

**PAGAMENTO PARCELADO:**

O(s) interessado(s) em adquirir o bem penhorado em prestações, poderá(ão) apresentar por escrito até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem, por valor não inferior ao da avaliação, ou até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil.

Em qualquer hipótese, será necessário o pagamento de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do



**Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso do Sul**  
**Comarca de Campo Grande - CIJUS**  
**Cartório da 11ª Vara do Juizado Especial**

valor do lance à vista, podendo o restante ser parcelado em até 30 (trinta) meses, desde que garantido por meio de caução idônea, quando se tratar de bens móveis, ou por meio de hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis, conforme dispõe o artigo 896, incisos I e II e seus parágrafos do CPC.

A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado, conforme dispõe o artigo 895, §7º do CPC.

**OBSERVAÇÕES:**

- 1) Em até 5 horas após o encerramento do leilão, o arrematante receberá e-mail com instruções para os pagamentos (É importante esperar o recebimento deste e-mail antes de efetuar qualquer pagamento).
- 2) O arrematante deverá apresentar a guia comprobatória do referido pagamento ao cartório judicial, por meio de petição.
- 3) Decorrido o prazo de 24 horas do término do leilão sem que o arrematante tenha realizado os pagamentos, tal informação será encaminhada ao Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis.

**ADJUDICAÇÃO:** A partir da abertura da coleta de lances para o primeiro pregão, se o exequente adjudicar o bem penhorado, ficará responsável pelo pagamento da comissão em percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação do bem, devida ao leiloeiro.

**REMIÇÃO DA EXECUÇÃO:** Se o executado, após a abertura da coleta de lances para o primeiro pregão pagar a dívida antes de adjudicado ou alienado o bem, na forma do artigo 826 do Novo Código de Processo Civil, deverá apresentar a guia comprobatória do referido pagamento até a data e hora designadas para o leilão, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Neste caso, deverá o executado pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios e a comissão em percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do pagamento, devida ao leiloeiro.

**ACORDO:** A partir da abertura da coleta de lances para o primeiro pregão, caso seja celebrado acordo entre as partes com suspensão do leilão, fica o executado obrigado a pagar a comissão em



**Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso do Sul**  
Comarca de Campo Grande - CIJUS  
Cartório da 11ª Vara do Juizado Especial

percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do acordo, devida ao leiloeiro.

**DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** pessoalmente perante a 11ª Vara do Juizado Especial Central de Campo Grande/MS, situada na Rua Sete de Setembro, nº 174, Centro, CEP: 79003-100, Campo Grande/MS, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Alagoas, 396, 10º andar, Sala 1006, Condomínio Atrium Corporate – Jardim dos Estados, CEP: 79020-120, cidade de Campo Grande/MS, ou ainda, pelos telefones (067) 3321-7262, (067) 3026-7263 ou (067) 3026-9999, e-mail: sac@vialeiloes.com.br, ilto@vialeiloes.com.br e no site [www.vialeiloes.com.br](http://www.vialeiloes.com.br).

Todas as condições e regras deste leilão encontram-se disponíveis no portal [www.vialeiloes.com.br](http://www.vialeiloes.com.br).

Ficam: a empresa executada por suas presentantes legais, as executadas, o depositário dos bens móveis, e demais interessados **INTIMADOS** das designações supra, caso não sejam localizados para a intimação pessoal.

Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Sem Mais, eu, Nilciane Viegas Ferreira Monteiro, Analista Judiciário, o conferi. Campo Grande/MS, 21 de Setembro de 2021.

**JOSÉ HENRIQUE KASTER FRANCO**

Juiz de Direito

*Assinatura Digital*